

Imagens da vida monstruosa: imigração e gênero através da fotografia de Susan Meiselas*

Andrea Torrano

Doutora em Filosofia, professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional de Córdoba (Argentina).

Tradução de Vladimir Sibylla



* Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no Congresso LASA – Latin American Studies Association – em 2016. Agradeço os comentários enriquecedores de Gabriel Giorgi na época. Para esta última versão gostaria especialmente de agradecer os valiosos comentários, sugestões e contribuições de Fernanda Stang, Sol Rodriguez, Denise Zenklusen, Mary Victoria Perissinotti e Maria José Magliano, que permitiram que este texto fosse melhorado.



Introdução

A partir das pesquisas de Michel Foucault desenvolve-se uma corrente de pensamento que descreve o exercício do poder no Ocidente como biopolítico. A biopolítica refere-se ao "conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui seus traços biológicos fundamentais, poderá ser parte de uma política, uma estratégia política, uma estratégia geral de poder" (Foucault, 2006:15), e começa a se desenvolver entre meados do século XVIII e princípios do século XIX, consolidando-se durante a década de 1970 com o neoliberalismo (Foucault, 2007).

A biopolítica busca otimizar um estado de vida, maximizar as forças e expandi-las. É um poder que "faz viver" – daí que a vida converte-se em um objeto e objetivo primordial – e, ao mesmo tempo, que "deixa morrer".¹ Isso significa que sobre o *continuum* do vivente humano se estabelecem cortes que supõem uma diferenciação e hierarquização das vidas em termos de gênero-classe-raça, que permitem diferenciar quais vidas são "vivíveis" e quais não são (Butler, 2006: 17).

Embora Foucault não tenha lidado com a questão da migração, ela tem sido tratada a partir de uma perspectiva biopolítica ou da governamentalidade há pouco mais de uma década.² A importância da migração é que "constitui o maior fenômeno biopolítico do nosso tempo" (Bonilla, 2012: 113). Nos processos de migração é possível notar que essa gestão diferencial sobre a vida funciona estabelecendo limites entre migração desejada e migração indesejada, de modo a que se tende a impulsionar a primeira e a desencorajar ou, diretamente, rejeitar a segunda. Embora a distinção entre a migração desejada e a indesejada seja frequentemente feita, é importante complexificar ambas as categorias e notar que mais do que uma separação acentuada haveria uma continuidade entre elas que permite converter, por exemplo, a migração indesejada do discurso oficial para a migração desejada para trabalhos precarizados.

Nosso ponto de partida é que um olhar que enfatiza o gênero deve abordar essa gestão diferencial da migração em relação a, pelo menos, três fenômenos que estão

¹ Foucault adverte que o velho poder soberano que "fazia morrer ou deixava viver" é substituído por um poder que "faz viver e deixa morrer", ou seja, o poder já não se manifesta de maneira absoluta no direito de matar, mas no ato de viver de uma certa forma e sob certas regulações (Foucault, 2002: 163-194).

² Alguns árbitros são: Didier Bigo, Nicholas De Génova, Sandra Gil Araujo, Sandro Mezzadra, Brett Neilson, Martina Tizzoli, William Walters.

intimamente ligados: a *feminização da migração*, a *feminização do emprego* e a *feminização da precarização*.

A *feminização da migração* refere-se a uma diferença substancial: "o aumento sustentado na proporção de mulheres que migram de forma independente em busca de emprego, ao invés de fazê-lo como 'dependentes familiares' que viajam com seus maridos ou se reúnem com eles no exterior" (Paiewonsky Pérez Orozco e García Domínguez, 2008: 36). Embora em alguns fluxos migratórios, por exemplo da América Latina para a Europa, o número de mulheres migrando em relação aos homens tenha aumentado, refere-se mais a um aspecto qualitativo do que quantitativo.

Por *feminização do trabalho* compreende-se a tendência à produção de bens imateriais, típicos do pós-fordismo, em contraposição à produção de bens materiais que caracterizou o fordismo industrial. Comunicação, conhecimento, afeto e criatividade, que inauguram novas figuras do trabalho, destacando-se especialmente o trabalho afetivo, são indispensáveis para essa produção (Virno, 2003; Malo de Molina, 2001). Além disso, certos trabalhos historicamente realizados pelas mulheres começam a se tornar visíveis.

Por fim, por *feminização da precarização* faz-se referência à precariedade produzida pelas políticas neoliberais que aguçam a precariedade anterior já sofrida diferencialmente por certos grupos e que têm um impacto particular sobre as mulheres (Lorey, 2016). Principalmente porque as mulheres têm mais dificuldade em acessar empregos não precários e porque têm piores condições de trabalho e salário do que os homens.

Esses três fenômenos cristalizam-se particularmente nos trabalhos doméstico, assistencial e sexual realizados por mulheres migrantes. Neste artigo, vamos focar nos dois primeiros: trabalho doméstico e assistencial. Para isso, faremos uma seleção das fotografias que Susan Meiselas – membro da Agência Magnum Photos – apresentou como parte do projeto "Seis visões fotográficas sobre a imigração na Espanha", exibidas na exposição "Madrid Inmigrante" em 2006.³ Na época, foram exibidas cerca de 20

³ A exposição "Madrid inmigrante" ocorreu na Sala de Exposições do Canal de Isabel II, de 25 de abril a 27 de maio de 2006. Consistia em quase 200 obras de seis renomados fotógrafos internacionais: Carl de Keyzer, Donovan Wylie, Matías Costa, Cristina García Rodero, Carlos Sanva y Susan Meiselas, onde uma variedade de formatos e mídia foi usada. Meiselas dedicou-se, por várias semanas, a seguir as integrantes do time de futebol Club Deportivo Cultural Master em seus treinos e em sua vida cotidiana. O resultado foram 21 fotos acompanhadas de vozes. Fones de ouvido foram distribuídos na sala através dos quais os depoimentos adquiriram texturas sonoras, sotaques, cadências: "Começamos como uma árvore: da raiz aos galhos e todas se conhecendo", disse uma jogadora (Moscoso, 2009). Disponível em:



fotografias que davam conta das diferentes tarefas realizadas por mulheres migrantes equatorianas integrantes do time de futebol do Club Deportivo Cultural Master, das quais selecionamos cinco que tematizam especificamente o trabalho doméstico e assistencial, e sua vitória esportiva. Ou seja, suas tarefas (re)produtivas, mas também de (re)criação.

É importante dimensionar o impacto que a imigração teve na Espanha nos anos que antecederam a exposição "Madrid Inmigrante". A Espanha foi historicamente um país de emigração, mas desde o final do século XX houve um aumento na imigração, especialmente a proveniente da América Latina. De 2000 a 2005 a imigração latino-americana cresceu 663%, na qual a migração equatoriana quase quadruplicou. Se você somar a isso o número de pessoas que obtiveram nacionalidade espanhola durante esse período, pode-se concluir que o número de latino-americanos que vivem na Espanha sextuplicou (Gil Araújo y Pedone, 2014: 344). A migração equatoriana constituiu a maior comunidade latino-americana na virada do milênio, devendo-se isso à reorientação dos fluxos para a Espanha e não mais para os Estados Unidos, como era característico nas décadas anteriores. Ainda assim há algumas mudanças nos padrões migratórios, ou seja, uma incorporação significativa de mulheres e jovens que migram de forma independente e não necessariamente associativa e uma diversificação de suas origens socioeconômicas (Cerrutti Maguid e Díaz Gil, 2011: 29).

Para analisar essas fotografias gostaríamos de propor a noção de *monstruosidade*, entendendo-a como uma categoria analítica que sintetiza a articulação entre gênero, raça e classe – considerados como elementos entrelaçados sob o nome da interseccionalidade (Davis, 2004).⁴ A associação entre feminização, racialização e precarização com monstruosidade dá conta de um sistema hierarquizador que está implícito na lógica binária das oposições (masculino/feminino, branco/não branco, capitalista/proletário). Nesse sentido, como alerta Rosi Braidotti, "dentro desse sistema dualista, os monstros são, como sujeitos corporais femininos, uma figura desvalorizada de diferença" (Braidotti, 2011: 80. Tradução da autora).

<http://pro.magnumphotos.com/Catalogue/Susan-Meiselas/2006/SPAIN-Madrid-Ecuadorian-immigrants-in-Madrid-NN187367.html> A exposição foi publicada como um livro: *Madri inmigrantes: seis visiones fotográficas sobre inmigración en la comunidad* (2015).

⁴ Para uma historização da emergência do paradigma interseccional (cf., Creches Vigoya, 2016). Para uma exploração da potencialidade da perspectiva interseccional pensar os processos e experiências sociais, especificamente a migração (cf., Ezquerro Samper, 2008; Magliano, 2015).

A categoria *vida monstruosa* nos permitirá articular a perspectiva biopolítica com migração e gênero. A vida monstruosa é apresentada a partir de uma avaliação do poder como uma forma *desvalorizada*⁵ em termos de gênero, raça e classe, frente a uma forma de vida considerada como valiosa. Assim, a vida monstruosa nos permite observar a gestão diferencial do poder e denunciar as formas de hierarquização da vida. Mas essa categoria também possibilita dar conta da *hibridez* das formas de vida, ou seja, da tensão entre domesticação e resistência, entre uma forma de vida útil e (re)produtiva e uma potência de vida que cria redes de afeto e vida em comum.

A etimologia do termo monstro – do latim *monstrum* – refere-se àquilo que *mostra* algo: uma revelação divina, as infinitas possibilidades da natureza ou o que os seres humanos podem chegar a ser. O monstro é uma figura que, ao mesmo tempo, assusta e maravilha. A fotografia, por sua vez, também nos mostra algo: "incorpora um modo de ver", que se revela tanto no fotógrafo quanto em quem percebe uma fotografia (Berger, 2000: 16). A monstruosidade sugere uma retórica e uma gramática visual, ou seja, um modo de dizer e de ver, dois marcos que articulam o campo da monstruosidade (Cortes Rocca, 2016). Nesse sentido, consideramos que a fotografia de Meiselas sugere uma maneira de ver e dizer sobre a monstruosidade, mostra o feminino e a imigração, duas figuras que, historicamente, foram constituídas como monstruosas.

(In)visibilidade das mulheres migrantes precárias

Como aponta Robert Castel, no final do século XIX nasceu a forma de Estado social, cuja versão mais acabada foi o Estado keynesiano, que através do direito ao trabalho e à proteção social buscou reduzir a insegurança social e manter em um nível baixo o risco de desemprego, doença, acidentes e exclusão social. "O Estado desempenhava o papel de garantidor da manutenção da organização do trabalho e da regulação da mobilidade dos trabalhadores" (Castel, 1995: 17). Assim, surgem diversas instituições que serão responsáveis por garantir saúde, segurança social, emprego, educação, para combater a pobreza, a vulnerabilidade e a precariedade. O trabalho assalariado era a base sobre a qual essa forma de proteção social devia ser mantida. "O

⁵ Utilizamos o adjetivo "desvalorizado" para se referir à vida monstruosa, uma vez que no capitalismo o valor da "vida" é constantemente avaliado de acordo com uma ampla gama de medidas e medições controversas e agressivas (cf. Toscano, 2009).



papel essencial do Estado na sociedade salarial [...] foi, sem dúvida, ter conseguido neutralizar a insegurança social, ou seja, agir efetivamente como um redutor de *riscos sociais*" (Castel, 2008: 47-48).

No final do século XX, no auge do neoliberalismo, o Estado social desaparece e, em seu lugar, emerge, como Isabell Lorey o chama, um "Estado de insegurança". A característica desse Estado é que ele não oferece mais proteção – a proteção se torna um bem privado –, mas governa através da insegurança e da precarização. A precarização não é mais uma exceção e se torna uma condição à qual toda a população está sujeita. Para Lorey, "as condições precárias de vida e de trabalho estão se normalizando em um plano estrutural e, portanto, tornaram-se um instrumento fundamental de governo" (2016:73).

Nesse sentido, pode ser notada uma passagem de um Estado social baseado na *condição salarial* (Castel, 1995 e 2008) para um Estado de insegurança com base na *condição de precarização* (Lorey, 2016; *Precarias a la deriva*, 2004a). Essa precarização deve ser reconhecida tanto em termos de *emprego precário* quanto de *condições de vida*. Por emprego precário entendemos as formas de exploração insegura, não-garantida e flexível: do emprego ilegalizado, sazonal e temporário às tarefas domésticas, ao trabalho flexível e temporário, aos subcontratados ou trabalhadores autônomos (Frassanito-Network, 2005). Enquanto as condições de vida referem-se à "condição politicamente induzida em que certas populações sofrem com a falta de redes de apoio sociais e econômicas e estão diferencialmente mais expostas a danos, violência e morte" (Butler, 2010: 46).⁶

A precarização a que a totalidade da vida é conduzida no neoliberalismo apresenta um forte impacto especialmente na mulher migrante trabalhadora. Foi o coletivo *Precarias a la Deriva* que radicalizou o conflito da precarização e sua conexão com o trabalho doméstico, o assistencial e sexual e, ao mesmo tempo, destacou a questão da

⁶ Aqui devemos esclarecer a distinção que realiza Butler entre a precariedade (*precariousness*) e o neologismo precariedade (*precarity*). Por precariedade devemos compreender uma condição existencial da qual todos os seres humanos compartilhamos, ou seja, aponta a condição ontológica do corpo que é vulnerável e dependente; enquanto, por precariedade, são expressas as necessidades políticas, econômicas e sociais que precisam ser resolvidas. É na precariedade onde uma alocação diferencial à vida é notada (Butler, 2010). Seguindo essa distinção Lorey introduz uma terceira, a precarização governamental, que se refere ao modo neoliberal de governo onde a precarização se encontra em um processo de normalização e se governa através da insegurança: "A arte de governar consiste, na atualidade, em tender a um máximo de precarização (que provavelmente não pode ser calculado com precisão) correlacionando-se com um mínimo de garantia, e em fazer que esse mínimo não caia abaixo desse limite" (Rio Lorey, 2016: 75). Para um debate em torno dessas noções (cf., Puar, 2012; Mattio, 2015).

migração feminina – principalmente argentina e equatoriana – em Madri. Uma das ações coletivas mais significativas desse coletivo foi mapear a precarização do trabalho das mulheres, em sua maioria migrantes, destacando diferentes locais e condições precárias de vida e trabalho, como forma de produzir saberes comuns.⁷

Em uma direção semelhante, propomos analisar as fotografias de Meiselas, cujo objetivo também é tornar visíveis as experiências nas tarefas diárias de um grupo de mulheres equatorianas em Madri, revelar os espaços de trabalho e as tarefas realizadas por cada uma das migrantes. As imagens mostram o trabalho doméstico e assistencial remunerado, além de tarefas de casa e atividades recreativas. Nesse sentido, podemos dizer que essas são formas de tornar visíveis as tarefas que estavam escondidas na experiência do emprego regular, em tempo integral e de longo prazo, que caracterizava o fordismo, e fazer com que a precariedade do trabalho emergisse como uma condição cada vez mais difundida no pós-fordismo, particularmente no trabalho realizado pelas mulheres.

Segundo Silvia Federici, a invisibilização a que o trabalho feminino foi submetido remonta ao processo de acumulação original que teve forte impacto na posição social das mulheres:

a acumulação original não foi, então, simplesmente uma acumulação e concentração de trabalhadores exploráveis e capital. Foi também *uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora*, em que hierarquias construídas sobre gênero, bem como as de "raça" e idade, tornaram-se constitutivas da dominação de classes (Federici, 2016: 105).

Isso resultou em uma "divisão sexual do trabalho" na qual o trabalho masculino foi definido como criador de valor, enquanto o trabalho ao qual as mulheres foram

⁷ *Precarias a la deriva* surge em Madri em 2002, por ocasião da realização do EuroMayDay, quando os principais sindicatos espanhóis convocaram uma greve geral e várias mulheres perceberam que não estavam em condições de participar porque eram trabalhadoras temporárias, autônomas, contratadas por hora, domésticas e assistenciais. *Precarias*, como elas são chamadas, tinha como espaço de reunião uma casa ocupada por mulheres, La Escalera Karakola, situada no bairro madrilenho de Lavapiés, onde realizaram diversas oficinas sobre os temas "cuidado-sexo-atenção" (Gago, 2004). O coletivo retoma a noção de "deriva" do situacionismo e sobrepõe prática política com prática de pesquisa. Mas, ao contrário da deriva aleatória do *flâneur*, típica do homem burguês, criaram uma deriva localizada em espaços cotidianos (ruas, casas, meios de transporte, empresas, lojas, bares e sedes sindicais). A pesquisa militante que elas propõem articula o movimento trabalhista italiano dos anos 70 e a segunda onda do movimento feminista (*Precarias a la deriva*, 2004a e 2004b). Suas atividades se registram até o final de 2005.



condicionadas (doméstico, assistencial) começou a ser julgada sem valor e até deixou de ser considerado como trabalho ou classificado como meramente reprodutivo.

O desenvolvimento do capitalismo deve ser entendido como um processo de proletarização masculina que se molda no Estado social com base no trabalho assalariado do homem. Isso garantiu um regime heteronormativo e burguês que garantiu um vínculo entre o trabalho, a família e a nação (Mitropoulos, 2005, 2009). Hoje, estamos testemunhando um processo de precarização do trabalho no qual se ergue o Estado de insegurança, essa expansão da precarização e o surgimento de novas formas de trabalho não reduziram a desigualdade entre o emprego masculino e feminino, pelo contrário, o trabalho que as mulheres fazem continua sendo desvalorizado ou mesmo não pago.

Da mesma forma, as crises econômicas e o desemprego no capitalismo globalizado afetam mais intensamente as mulheres; especialmente aquelas que vivem em países pobres. Foi o caso do Equador, onde a agudização da crise sociopolítica e econômica no final dos anos 1990 levou a muitas mulheres migrando para a Europa, principalmente para a Espanha, um fenômeno que foi chamado de "debandada da população equatoriana" (Ramírez Gallegos, 2005). Inicialmente – durante os anos de 1998 e 1999 – a chegada dos equatorianos ao mercado de trabalho agrícola mostrou um equilíbrio de gênero, então – no início de 2000 – a possibilidade de as mulheres serem inseridas no trabalho doméstico se espalha, tornando-se o primeiro elo na cadeia migratória. Isso significou romper com uma representação social muito entrincheirada em relação à organização e implementação de projetos de migração internacional como uma decisão eminentemente masculina (Pedone, 2005). A migração das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho europeu produziram profundas transformações no plano familiar e nas relações de gênero, tanto nos lugares de origem como de destino (Pedone, 2006).⁸

Nesse sentido, as fotografias de Meiselas revelam dois fenômenos do nosso tempo, a *feminização do trabalho* e a *feminização da migração*, que se combinam na *feminização da precarização*, uma vez que a maioria das mulheres migrantes realiza trabalho informal, temporário e mal remunerado. As experiências de migração do trabalho feminino são

⁸ A inserção de mulheres migrantes não comunitárias nos trabalhos doméstico e assistencial na Espanha, especialmente em seus primeiros anos de imigração, responde mais do que as trajetórias de trabalho ou nível formativo à articulação de diversas variáveis no contexto de acolhimento (políticas migratórias, políticas de trabalho, relações de gênero, características do mercado de trabalho, concepções sobre o trabalho doméstico, etc.) e as formas de organização do trabalho produtivo e reprodutivo das famílias migrantes (Gil Araujo e Gonzalez, 2012).

especialmente evidentes no trabalho doméstico e assistencial.⁹ Se o Estado social se caracterizou pelo estreito vínculo entre migração e trabalho industrial, pelo contrário, para esses migrantes o local de trabalho não será a fábrica, mas o espaço doméstico.

As fotografias tornam visíveis as tarefas (re)produtivas no âmbito doméstico, exibem os corpos femininos racializados que parecem não conseguir escapar dessas tarefas, neste caso: a menina que brinca de ser mãe com sua boneca reproduz qual será seu papel como mãe, mas, ao mesmo tempo, o que será seu trabalho.



Aqui podemos observar como a feminização do trabalho reforça as hierarquias sociais da ordem patriarcal – a mulher como reprodutora – bem como uma ordem racista de legado colonial – a mulher racializada como cuidadora de um bebê branco. Além disso, a imagem coloca em segundo plano a mulher adulta que parece voltar para casa após um dia de trabalho, onde o cuidado com o lar é relegado pela necessidade de um emprego remunerado fora de casa. Isso nos leva a observar a necessidade de uma perspectiva interseccional sobre o trabalho, uma vez que um olhar somente de gênero não nos permitiria ver a subalternidade que ocorre entre as mulheres em relação à classe e à raça.

De fato, podemos dizer que as fotografias tornam visível a relação entre trabalhos e corpos ou, para ser mais preciso, a atribuição de tarefas aos corpos racializados das mulheres. A chamada "crise assistencial" destacou a tensão entre a lógica do mercado – a inclusão das mulheres no mercado de trabalho – e a lógica do cuidado – a tarefa a que, de

⁹ A inserção de mulheres migrantes no trabalho doméstico e assistencial tem sido registrada desde o século XVIII e início do século XIX. As mulheres, além da produção doméstica e do trabalho no campo, também trabalhavam como costureiras ou em fábricas de sedas com moradias anexas a elas (Sentado, 2013: 51).



modo obrigatório, ainda que naturalizado, as mulheres assumiram como forma de responsabilidade social pela sustentabilidade da vida (Rio, 2004). Isso gerou uma transferência do trabalho doméstico e assistencial no capitalismo global, o que gera uma especialização de gênero – entre umas mulheres e outras – do trabalho reprodutivo mais gentil (não assalariado) e do mais duro (precário) (AAVV, 2004: 19).

Essa transferência de cuidados ocorre no caso da Espanha para mulheres migrantes, que encontram novas oportunidades de emprego através da emigração. São elas que no capitalismo de hoje realizam tarefas domésticas e assistenciais, substituindo as mulheres do Norte que se integram ao mercado de trabalho qualificado. Dessa forma, as cadeias de mobilidade-imobilidade entre as mulheres são reveladas:

No entretecido da cadeia de cuidados há uma tensão entre os extremos, expondo como algumas são mais móveis graças à imobilidade de outras: a migrante viaja graças a uma que permanece no local (geralmente um parente não remunerado: a avó ou irmã mais velha) e a contratante do Norte pode ir trabalhar graças à permanência da cuidadora remunerada em sua casa (Gago, 2004).



Esta fotografia nos mostra a transferência de cuidados que ocorre entre as mulheres, quando, retomando a distinção/classificação feita por Yuderkys Espinosa Miñoso, as mulheres brancas burguesas tornam-se independentes e começam a se integrar ao mercado de trabalho, são mulheres empobrecidas e racializadas (aqui nos referimos às mulheres latino-americanas, mas essa caracterização também remete às mulheres indígenas e afros) que devem realizar essas tarefas. É por isso que, de uma perspectiva interseccional (e decolonial), podemos nos perguntar, "às custas de quem

supúnhamos que as mulheres iam ser libertadas? Quem estão chamadas a pagar o preço da liberação de algumas?” (Espinosa Miñoso, 2014: 26). Isso nos alerta sobre a reprodução de hierarquias em torno da raça e da classe intragênero, mas também torna visível a reprodução da divisão sexual do trabalho: em definitivo, são sempre as mulheres que devem garantir o cuidado.

Aqui é necessário mencionar a distinção entre o trabalho produtivo (de produção de bens materiais e intangíveis) e o trabalho reprodutivo (doméstico e assistencial), que tem estruturado o mundo do trabalho no capitalismo. Historicamente, o trabalho reprodutivo tem sido desvalorizado em relação ao trabalho produtivo e invisibilizado enquanto permanece na esfera privada. O feminismo põe em causa essa divisão ao notar que "o trabalho doméstico reproduz não só a 'vida', mas também a 'força de trabalho', começamos separando duas esferas distintas de nossa vida e trabalho que aparentemente estão indissolivelmente conectadas” (Federici, 2010: 7).

As fotografias de Meiselas dão conta da reprodução do trabalho dos corpos femininos e, ao mesmo tempo, da reprodução em série que a câmera permite. Assim, os corpos retratados e a técnica fotográfica permitem destacar a tarefa de reprodução, que pode ser entendida como uma atividade passível de uma repetição contínua.¹⁰

Na imagem a seguir pode-se observar como duas mulheres – branca e não branca – realizam tarefas de limpeza, que são reproduzidas no espelho. Tal duplicação da imagem das tarefas domésticas realizadas pelas mulheres poderia ser interpretada como a reprodução contínua do trabalho reprodutivo das mulheres. O trabalho reprodutivo, remunerado e não remunerado, é apresentado como uma atividade à qual a mulher, na esfera doméstica, parece não conseguir escapar.

¹⁰ Walter Benjamin (2003) alerta para a reprodutibilidade da técnica e os efeitos que ela tem tanto na obra de arte (a perda da autenticidade) quanto na experiência.



As fotografias exibem os corpos segundo uma forma de ver que envolve tanto o fotógrafo quanto os espectadores. Mas não devemos desconhecer que este é um regime de visibilidade produzido por uma mulher refletindo classe e hierarquia racial. Meiselas revela o trabalho das mulheres migrantes, no entanto, esta exposição não escapa à lógica diferencial que atravessa a vida, incluindo a vida entre as mulheres: uma fotógrafa branca e americana de sucesso, que retrata mulheres racializadas em trabalhos precários na Espanha.¹¹ A objetiva da câmara volta-se aos corpos dessas mulheres em objetos de apropriação de um meio artístico europeu. Os corpos são capturados pela lente da câmera e, simultaneamente, são capturados pelas formas de ver que reproduzem as hierarquizações de classe, gênero e raça no capitalismo.

Aqui você pode ver claramente uma distinção biopolítica sobre a vida, ou seja, o corte no *continuum* da vida entre aquelas vidas "vivíveis" e as vidas "que não merecem ser vividas" (Butler, 2006, 2010). Mas a questão torna-se mais complexa porque essas existências precárias destacam sua utilidade econômica e política. A precarização supõe um benefício econômico, pois submete certas vidas ao emprego que aumenta a exploração, e um benefício político, pois prejudica a possibilidade de organização dos trabalhadores. Se entendermos essa precariedade não apenas como um estado

¹¹ Por racialização devemos entender o processo pelo qual os grupos raciais são socialmente produzidos, nesse sentido, as "raças" seriam o resultado de processos complexos de identificação, distinção e diferenciação dos seres humanos de acordo com critérios fenotípicos, culturais, linguísticos, regionais, etc. (cf., Campos García, 2012). Como avisa De Genova (1998: 103), "essa produção de diferença requer espaço para essa diferença, um espaço definido dentro e através da diferença". Então, a racialização não só implica uma produção de diferenciação, mas também que esta produção é realizada a partir de um determinado lugar.

excepcional ou passageiro, mas como uma forma de "incerteza permanente que afeta a grande maioria da população, seja de forma patente ou latente (como uma ameaça)" (Precarias a la Deriva, 2005), podemos entender a funcionalidade dessas subjetividades no neoliberalismo.

A noção de *monstruosidade* emerge neste contexto para explicar esse modo de vida desvalorizado. A distinção e hierarquização estabelecidas entre as vidas destacam como certas vidas são valorizadas enquanto outras são desvalorizadas. Essa separação deve ser compreendida a partir da interseccionalidade, o que permite articular classificações em termos de gênero, raça e classe. A vida monstruosa seria então essa vida desvalorizada: *mulheres migrantes precarizadas*. Uma classificação que engloba, como a monstruosidade, a diferença desvalorizada; é aí que consideramos a monstruosidade uma categoria adequada para analisar a migração feminina e a precarização a que está submetida.

Inscrever a categoria de monstruosidade na análise das fotografias de Meiselas nos permite dar conta da retórica e do ordenamento dos corpos das mulheres migrantes precarizadas. As fotografias, como o monstro, têm como objetivo tornar visível essa força de trabalho que tem sido invisibilizada e, nessa desocultação, exhibe a apropriação e exploração dos corpos. As imagens mostram o poder do capitalismo para capturar tudo o que vive: os trabalhos doméstico e assistencial tornam-se indispensáveis para a extração de mais-valia.

Mas, como veremos na próxima seção, essa recuperação da noção de monstruosidade não se destina a reproduzir as formas de ver e de dizer próprias do capitalismo, que tendem a valorar a diferença como negatividade. Pelo contrário, trata-se de uma apropriação da *monstruosidade como categoria política* (cf. Del Lucchese y Bove, 2008) que nos permite pensar na potência dessas vidas que, historicamente, têm sido desvalorizadas. Com a noção de vida monstruosa pretendemos denunciar a gestão diferencial do poder sobre a vida, que opera sob a lógica binária de gênero, raça e classe; bem como reconhecer a hibridização das formas de vida, ou seja, a tensão inerente à existência precária: que é utilizável pelo capital, mas que, ao mesmo tempo, gera redes de afeto e vida em comum, como práticas de resistência.

Precarias monstruosas



Se no Estado social a precarização era apenas visibilizada, no Estado neoliberal (ou de insegurança) a precarização encontra-se em um processo de normalização (Lorey, 2012): o que antes era considerado uma exceção (Neilson e Rossiter, 2008) – o fato de ter emprego precário –, hoje é uma condição que se espalhou em nossas sociedades. A precarização é uma forma de subjetividade produzida pelo capitalismo atual. Mas isso não significa considerar as pessoas precárias como subjetividades que perderam todas as possibilidades de resistência. Pelo contrário, trata-se de pensar sobre a capacidade de agência dessas subjetividades, o que levou ao abandono do termo "precarizadas/os" – que se refere a uma forma passiva – pela expressão "precária/os".

Ser precária/o significa estar em uma situação de emprego irregular, informal e de maior exploração, mas também é uma condição que abrange a totalidade de nossa vida. Este fenômeno está em correspondência com a colonização da vida pelo trabalho pós-fordista. Como advertem Hardt e Negri, o trabalho se torna biopolítico:

O biopoder torna-se um agente de produção quando todo o contexto de reprodução é incluído sob o domínio capitalista, ou seja, quando a reprodução e as relações vitais que o constituem se tornam diretamente produtivos. (...) Os poderes da ciência, do conhecimento, dos afetos e da comunicação são as forças principais (...). Quando a inteligência e o afeto (ou, na verdade, o cérebro em conjunto com o corpo), tornam-se os principais poderes produtivos, fazem com que a produção e a vida coincidam no terreno em que operam (Hardt e Negri, 2006: 318).

A produção inunda a vida dissolvendo barreiras entre o tempo de trabalho e o não-trabalho. Isso porque, no pós-fordismo, o tempo social de trabalho estende-se à totalidade da vida: "se o trabalho social abrange todo o tempo de vida e visita todos os setores da sociedade, como pode ser medido o tempo da totalidade em que está implicado?" (Guattari e Negri, 1999: 122). Por isso, enfrentamos a impossibilidade de mensuração do tempo de trabalho, pois este não se reduz à mera atividade exercida pela/o trabalhador/a ou à quantidade de bens que produz, a expansão da produtividade para toda a vida elimina a possibilidade de mensuração do valor e, portanto, as condições de exploração se intensificam.

Da mesma forma, o afeto converte-se em trabalho, uma força da qual é possível extrair valor. O trabalho afetivo é um dos aspectos cruciais das novas formas de trabalho (cf., Guattari e Negri, 1999: 140-151), cujas manifestações mais óbvias são o trabalho doméstico e assistencial. Como aponta Encarnación Gutiérrez Rodríguez (2010), "a desvalorização social do trabalho doméstico está intimamente ligada ao caráter feminizado e racializado da força de trabalho que o realiza". O trabalho doméstico e assistencial é uma expressão das desigualdades globais incorporadas no corpo das mulheres. É um trabalho que, paradoxalmente, valoriza os afetos, que historicamente foram banidos do trabalho produtivo, mas desvalorizando-o enquanto trabalho, a ponto de reinscrever-se na matriz colonial e de feminização do trabalho.

As particularidades apresentadas pelo trabalho no pós-fordismo levaram a uma distinção entre o precariado e o proletariado. Com o precariado encontramos-nos frente a empregos que têm algum grau de informalidade e são temporários, ao contrário do trabalho nas fábricas que se associa a um emprego formal e duradouro. Além disso, o precariado põe em evidência outro fenômeno do nosso tempo, como é a crise da representação política: não há uma única forma de precarização, mas múltiplas e das mais variadas, em função do que é difícil conceber uma unidade ou representação da precariedade (Raunig, 2007). Sob a denominação de precariado reúnem-se produtores/as culturais, trabalhadores/as do conhecimento, trabalhadores/as de *call centers*, trabalhadoras domésticas e assistenciais, trabalhadoras sexuais, e organizações de migrantes, iniciativas de pessoas desempregadas etc.

Uma característica singular da precarização é sua feminização (cf. Federici, 2010; Vendas Gelabert, 2016). Isso significa que a precarização tem maior impacto sobre as mulheres e, especialmente, sobre as mulheres migrantes. No caso das migrantes equatorianas na Espanha, nota-se que, por um lado, as políticas migratórias europeias negam a maioria dos direitos de cidadania das mulheres migrantes, deixando-as em uma situação de maior vulnerabilidade para enfrentar abusos no local de trabalho ou na esfera social. A legislação de estrangeiros estabelece que, para se obter uma autorização de trabalho e não ser expulsa, é necessário ter um contrato de trabalho ou, pelo menos, uma oferta firme de emprego. Por outro lado, a maioria das mulheres migrantes faz trabalho



doméstico, setor que apresenta sérias dificuldades com a regularização e não prevê acesso ao seguro-desemprego (Villaverde, 2012).¹²

Essa feminização da precarização das migrantes é retratada nas fotografias de Meiselas. Embora a condição migratória e a situação de trabalho de cada uma dessas mulheres não sejam explicitadas ali, através da visibilidade das diferentes tarefas, particularmente de cuidado e domésticas, são destacadas as múltiplas formas de precarização que encarnam a vida das mulheres migrantes. É uma força de trabalho – afetiva – que é desvalorizada por ser representada como um trabalho feminizado, racializado e precarizado.

As fotografias apontam para essa relação entre um corpo feminino racializado e o espaço, onde se potencializa a captura da vida, do tempo, dos gestos, pelo biopoder. A imagem da mulher migrante limpando as barras da porta de entrada de um prédio revela o confinamento dessas mulheres, podemos dizer que simula a captura dos corpos no confinamento da prisão. As mulheres são presas do/no espaço doméstico.¹³ Assim, o doméstico aqui poderia ser visto como signo da vida domesticada, de um tempo e de uma força apropriados pelo capitalismo. A vida das mulheres é colocada no âmbito do privado, do qual parece não ser capaz de escapar, um espaço ao qual o pensamento ocidental julgou como estranho à política.

¹² Até janeiro de 2012, o trabalho doméstico na Espanha era regido pelo Regime Especial de Empregados Domésticos, que não exigia um contrato escrito se o trabalho não excedesse 80 horas por mês, não garantia um tempo de descanso como o estabelecido em outros empregos nem exigia o pagamento de horas extras, além de praticamente permitir a demissão livre e sem indenização. Com a inclusão das empregadas domésticas no Regime geral de trabalhadores, houve algumas melhorias nas condições de trabalho das empregadas no trabalho doméstico, como segurança social, independentemente do tempo trabalhado, e se ampliou o acesso aos benefícios por incapacidade temporária. Mas, por outro lado, foi incorporada a entrada de empresas como intermediárias no recrutamento, o que favorece a contratação por meio de empresas de trabalho temporário (cf., Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2011).

¹³ Gostaríamos de salientar que estudos feministas decoloniais têm alertado, seguindo Angela Davis, que para as mulheres racializadas e subalternizadas o espaço do lar tem sido o único espaço de realização porque fora, no espaço da plantação, da máquina, do trabalho doméstico e assistencial, se encontram todas as formas de exploração. Em contraste com as mulheres brancas burguesas, que encontram no espaço doméstico um lugar de opressão, as mulheres racializadas e subalternizadas sentem que sua vida só vale algo no espaço que tem sido chamado de privado (cf., Thorny Miñoso, 2014: 26-27).



Ao contrário da fábrica, onde o trabalho produtivo é feito em conjunto e onde os/as trabalhadores/as podem gerar redes de cooperação, no espaço doméstico as mulheres realizam um trabalho isolado. As fotografias mostram esse grupo de mulheres migrantes fazendo seu trabalho geralmente de forma solitária. No trabalho doméstico e assistencial, a vida dessas mulheres é privada de uma tarefa coletiva.

Diante dessa consideração do trabalho afetivo como tarefa despolitizada por sua própria condição de realização, gostaríamos de recuperar a categoria de precariado, ou mais especificamente, *das precárias* – a fim de destacar o gênero feminino –, mas compreendendo-a em sua capacidade de agência política. Ao contrário de uma concepção das precárias como vítimas, como consideradas pelas Ciências Sociais, ou como responsáveis por sua própria auto-exclusão, segundo o discurso neoliberal (cf. Lorey, 2006), conceber as precárias como sujeitos políticos significa reconhecer que as subjetividades produzidas pelo capitalismo são atravessadas por uma tensão entre formas de sujeição, subordinação e práticas de subjetivação, de resistência (cf. Balibar, 2014; Mezzadra, 2014).

A noção de vida monstruosa permite dar conta da hibridez das formas de vida, da mistura entre a apropriação de certas vidas e suas resistências: entre a domesticação da vida e a potência de criar redes de afeto e vida em comum. O monstro incorpora uma forma de vida desvalorizada, a vida que é diferenciada e hierárquica em termos de gênero, raça e classe. É por isso que as mulheres migrantes precarizadas podem ser interpretadas sob esta categoria analítica que nos permite combinar, sob a noção de monstruosidade, esses três elementos entrelaçados. Seguindo Braidotti,



na maioria das vezes a diferença é interpretada de acordo com a linguagem da monstruosidade. A função estrutural ou constitutiva que cumpre esse conceito de *diferença como termo pejorativo* também determina que ele ocupe uma função estratégica. Conseqüentemente, pode servir para lançar luz sobre as relações de poder complexas e dissimétricas que operam dentro da posição de sujeito dominante (Braidotti, 2002: 214).

O termo monstruosidade, historicamente utilizado em um sentido pejorativo, nos permite denunciar as posições de dominação e subordinação às quais certas vidas são empurradas, mas também, torna possível nos apropriarmos dessa noção em um sentido afirmativo, ou seja, reconhecendo na monstruosidade uma potência de vida que exhibe sua capacidade de criação e transformação (Negri, 2007; Torrano, 2017). A monstruosidade pode ser entendida como uma forma de vida insurgente, é a possibilidade de criar modos alternativos de vida que escapem da apropriação do capital, a abertura às diferenças e construção de poderosas conexões com outras e outros. O monstro é, então, não apenas a personificação da diferença desvalorizada, mas também uma figura da resistência que vem romper as hierarquias de gênero, classe e raça.

Essa consideração da monstruosidade pode ser articulada com a noção de precariado (ou precárias) da qual falamos anteriormente. Para entender o precariado como sujeito político é fundamental estabelecer um deslocamento da precariedade como condição exclusivamente de trabalho para uma forma de vida, que inclui não só o trabalho, mas a totalidade da vida. Como aponta Raunig (2007), "o precariado é monstruoso": indica difusão, fragilidade e multiplicidade pela descontinuidade com que se produz e se distribui a si mesmo no espaço, mas, ao mesmo tempo, abriga o potencial de gerar concatenações de singularidades. Em suma, o precariado "é um monstro que não dorme", ou seja, a potência do monstro de resistir à captura da vida pelo capital.

Se sobrepormos essa concepção do precariado com a migração, ambos caracterizados pela feminização, podemos entender, de forma mais complexa, o assunto em questão. Assim como o precariado deve ser abordado à luz da agência política, da mesma forma a abordagem da *autonomia das migrações* visa ter um olhar diferente sobre as migrações, o que significa "observar os movimentos e conflitos migratórios a partir de uma perspectiva que priorize as práticas subjetivas, os desejos, as expectativas e

comportamentos dos próprios migrantes" (Mezzadra, 2012: 160). Essa abordagem, longe de reduzir "as subjetividades de mobilidade a uma subjetividade productivista do capitalismo", destaca as tensões e conflitos que têm as/os migrantes e coloca essa perspectiva em um contexto mais amplo que analisa a produção de subjetividade no capitalismo (p. 62).

Estamos interessados em reconhecer que tanto o campo da precariedade quanto da migração são um campo de disputa e confronto entre os novos dispositivos de dominação e exploração e as práticas de resistência. Gostaríamos também de salientar que falar sobre resistência não significa que ela seja sempre visível e se proponha em franca contraposição ao biopoder (como os protestos realizados no EuroMayDay durante os primeiros anos do século XXI, as ações do coletivo Precarias a la Deriva, *Migrantes* ou *Territorio doméstico*), mas que muitas práticas de resistência são apresentadas de modo quase imperceptível, como formas de insubordinação à lógica da dominação.

Nesse sentido, como James Scott aponta, deve-se "distinguir entre as formas abertas, declaradas, de resistência, que atraem mais atenção, e a resistência disfarçada, discreta, implícita, que compreende o reino da infrapolítica" (Scott, 2004: 233). Embora esta última tenha sido ignorada como uma prática política, tem sido (e é) indispensável entender como grupos subordinados encontram práticas e discursos que lhes permitem enfrentar as formas de poder que os detêm. Em termos foucaultianos, podemos dizer que são práticas de resistência em escala microfísica, que permitem criar formas de vida que rompem com a exploração e a individualização, bem como com a lógica binária. Isso não significa derrotar definitivamente as relações de desigualdade, subordinação e precariedade, mas encontrar novas formas de cooperação e vida em comum no capitalismo atual.¹⁴

Nesta direção, consideramos que se pode ler a fotografia de Meiselas que retrata o time de futebol das precárias migrantes. Fazer parte de um time de futebol gera um encontro que permite redes de cooperação e afeto entre as precárias, onde a vida parece

¹⁴ O coletivo Precarias a la Deriva propõe uma *greve de cuidados*, onde greve não significa a suspensão das atividades assistenciais, mas o questionamento das disposições políticas e econômicas que avaliam o cuidado como algo privado, feminino e improdutivo, levando à sua despolitização. Essas greves são propostas como práticas de resistência que produzem novas formas de afeto, libertadoras e cooperativas. A partir daí eles propõem como alternativa uma *comunidade de cuidados*, ou, em outros termos, uma *cidadania* – a conjunção entre cuidado e cidadania – como uma nova forma de conviver com os outros econômica, política, social e legalmente, para além do regime estatal, onde as relações com os demais são reconhecidas como constitutivas (Precarias a la Deriva, 2005).

escapar do isolamento e do espaço doméstico fechado. O campo de jogo parece ser aquele espaço comum de reunião e tarefa, transformando-se em espaço da política. É o espaço aberto, o campo de futebol, onde os corpos das mulheres migrantes encontram-se e produzem formas de cooperação que o trabalho (re)produtivo pareceria não permitir. Ao mesmo tempo, o vínculo de afinidade e as redes afetivas são fortalecidos através do jogo como membros de uma mesma equipe e com um objetivo comum.



Assim, as imagens não representam apenas o que os corpos dessas mulheres reproduzem no trabalho, como também exibem o que esses corpos podem fazer, suas práticas de resistência no futebol. É um tempo de recreação que se subtrai do tempo de trabalho, de uma atividade coletiva que se opõe à atividade individual. Nesse sentido, o jogo se manifesta como uma atividade de resistência à captura da vida pelo capital. É no jogo que a prática de resistência estabelece laços de cooperação e vida em comum.

O futebol tem sido tradicionalmente um esporte de domínio masculino, onde o acesso e a participação das mulheres estavam afastados. A apropriação do futebol por parte dessas mulheres representa um desafio para o patriarcado que as excluiu dessa atividade por não responder a papéis e estereótipos de gênero (cf. Ghiberto, 2017; López de D'Amico, Benn e Pfister, 2016).¹⁵ Consequentemente, esse grupo de mulheres migrantes não só resiste ao sequestro da vida nos trabalhos doméstico e assistencial, mas também expressa sua resistência à ordem patriarcal que permeia o sistema capitalista. A

¹⁵ No Equador, apenas 12% das mulheres praticam esportes de acordo com dados coletados pelo INEC-UNIFEM-CONAMU. A prática do futebol feminino no Equador não é nova, mas sofre de discriminação e estereótipos de gênero (cf. Chávez Salgado, 2016).

monstruosidade é apresentada aqui como um modo de resistência aos estereótipos, às hierarquizações e marginalizações, às segregações impostas por um sistema patriarcal, capitalista e racial.

Esta fotografia retrata a equipe feminina equatoriana como mulheres vitoriosas: com suas medalhas e troféus esportivos e com suas condecorações de concursos de beleza. Elementos que muitas vezes são confrontados, mas que aqui explicam a hibridez das formas de vida (e, portanto, monstruosas) dessas mulheres e seu desafio às atribuições de gênero. Meiselas exhibe a conquista do futebol por essas mulheres e, por sua vez, sua apropriação (como fotógrafa) do regime de visão, que também historicamente pertenceu à ordem patriarcal.

Conclusão

Neste artigo, pretendemos examinar, a partir de uma perspectiva biopolítica, a articulação entre migração e gênero. Para isso, partimos de uma gestão diferencial sobre a vida, que nos permitiu abordar três fenômenos que estão entrelaçados: *a feminização da migração*, *a feminização do trabalho* e *a feminização da precarização*. A primeira refere-se ao fato que as mulheres se tornaram o primeiro elo na cadeia migratória, o que significava romper com a representação de que o homem é o precursor de um projeto de migração. A feminização do trabalho permite compreender o trabalho afetivo como produtor de valor, trabalho que geralmente é feito por mulheres. Por fim, a feminização da precarização mostra que a precarização não se refere apenas a uma condição salarial, mas também é uma condição de existência que geralmente afeta as mulheres e, principalmente, as mulheres migrantes.

As experiências de migração do trabalho feminino geralmente se manifestam no trabalho doméstico e assistencial, geralmente um trabalho irregular, informal, temporário e mal remunerado. As mulheres migrantes latino-americanas encontram oportunidades de emprego nos trabalhos doméstico e assistencial, substituindo mulheres do Norte que se integram ao mercado de trabalho qualificado. Essa transferência de cuidados reproduz a divisão sexual do trabalho e, ao mesmo tempo, as desigualdades intragênero. A partir daí, faz-se um olhar interseccional que leva em conta não apenas a desigualdade de gênero, mas também as de classe e raça. Caso contrário, esta situação de emprego para a



qual as mulheres migrantes são levadas passaria despercebida, se olharmos apenas para a categoria de gênero. Outra característica que se destacou em relação aos trabalhos doméstico e assistencial é que se trata de uma atividade que valoriza o afeto – que historicamente foi excluído do trabalho – e o inscreve na matriz colonial e de feminização do trabalho.

A seleção das fotografias de Meiselas nos permitiu dimensionar a localização das mulheres migrantes para o espaço doméstico. A mulher parece não conseguir escapar desse espaço, que é assinado por um trabalho solitário: a atividade é privada de um trabalho coletivo e, portanto, as possibilidades de cooperação entre trabalhadoras são praticamente nulas. Além disso, o espaço do privado tem sido considerado excluído do espaço da política. Isso resulta em limitações para uma politização no trabalho e um reconhecimento da precarização no plano coletivo.¹⁶

As fotografias também nos mostram esse grupo de mulheres como membros de um time de futebol. Através da recreação subtrai-se do tempo de trabalho, realiza-se uma tarefa coletiva e produz-se um espaço de encontro, como espaço da política. Dessa forma, as imagens não representam apenas os corpos dessas mulheres no trabalho, mas também a resistência à apropriação pelo capital dessas vidas através do futebol. É no jogo como prática de resistência que se estabelecem laços de cooperação e vida em comum. As imagens revelam a força dessas mulheres, sua capacidade de sobreviver, bem como criar uma forma de vida comum através do futebol. A fotografia, nesse sentido, traça um elo vital entre a (re)produção e a (re)criação, entre captura da vida e resistência.

A categoria de vida *monstruosa* nos permitiu articular a perspectiva biopolítica com a migração e o gênero: a *distinção* e *hierarquia* estabelecidas entre as vidas mostra como certas vidas são valorizadas enquanto outras são desvalorizadas em termos de gênero, raça e classe. A vida monstruosa seria então essa vida desvalorizada: *mulheres migrantes precarizadas*. Isso nos permitiu notar que a noção de monstruosidade está em relação com a perspectiva interseccional, onde o lado desvalorizado das distinções binárias se encontra. Além disso, essa categoria possibilitou dar conta da hibridez das formas de vida, ou seja, a tensão entre domesticação e resistência, entre uma forma de

¹⁶ No entanto, existem inúmeras experiências de organização sindical de trabalhadoras domésticas e assistenciais. Gostaríamos de destacar uma pesquisa sobre a sindicalização de mulheres migrantes com empregos precários na Argentina (Magliano, Perissinotti, Zenklusen, 2016) e um estudo comparativo do trabalho doméstico (sua legislação) de mulheres migrantes na Argentina, Espanha e Estados Unidos (Rosas, Jaramillo Fonnegra e Blas Vergara, 2015).

vida econômica e politicamente útil e uma potência de vida que cria redes de afeto e vida em comum. A noção *precárias monstruosas* nos permitiu reconhecer nas mulheres migrantes precarizadas uma agência política.

A monstruosidade, como a fotografia, nos permitiu mostrar como a vida historicamente desvalorizada pelo regime patriarcal, colonial e capitalista apresenta a potência de criar modos alternativos de vida comum que escapam às lógicas de apropriação e dominação. A vida monstruosa não manifesta só a diferença desvalorizada, mas também a insubordinação e a resistência às hierarquias de gênero, classe e raça.

Referências

AA.VV. (2004): *Hogares, cuidados y fronteras... derechos de las mujeres inmigrantes y conciliación*, Traficantes de sueños, Madrid.

AA.VV. (2015): *Madrid inmigrantes: seis visiones fotográficas sobre inmigración en la comunidad*, Comunidad Autónoma Madrid. Servicio de documentación, Madrid.

Balibar, Étienne, (2014): “Sujeción y subjetivación”, *Política Común* [En línea], Vol. 6. Consultado el 20 de noviembre de 2017. Disponible en línea en <http://quod.lib.umich.edu/p/pc/12322227.0006.004?view=text;rgn=main>

Benjamin, Walter, (2003): *La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica*, Editorial Itaca, México.

Berger, John, (2000): *Modos de ver*, Barcelona: Gustavo Gili.

Bonilla, Alcira, (2012): “Migraciones: el fenómeno biopolítico de nuestro tiempo. Reflexiones desde el Derecho Humano a migrar”, en Assalone, Eduardo y Bedin, Paula (comps.), *Bios y Sociedad I. Actas de las I Jornadas Interdisciplinarias de Ética y Biopolítica*, Universidad Nacional de Mar del Plata, pp. 113-122.

Braidotti, Rosi, (2002): “Ciberteratologías”, en *Metamorfosis. Hacia una teoría materialista del devenir*, Akal, Madrid.

Braidotti, Rosi, (2011): *Nomadic Subjects. Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory*, Columbia University Press, New York.

Butler, Judith, (2006): *Vida precaria. El poder del duelo y la violencia*, Paidós, Buenos Aires.

Butler, Judith, (2010): *Marcos de guerra. Las vidas lloradas*, Paidós, Buenos Aires.

Campos García, Alejandro, (2012): “Racialización, racialismo y racismo: un discernimiento necesario”, *Universidad de La Habana*, N° 273, pp. 184-199.

Castel, Robert, (1995): *La metamorfosis de la cuestión social*, Paidós, Buenos Aires.

Castel, Robert, (2008): *La inseguridad social ¿Qué es estar protegido?*, Manantial, Buenos Aires.

Cerrutti, Marcela; Maguid, Alicia y Díaz Gil, Ana, (2011): *Migrantes Sudamericanos en España: Panorama y Políticas. Cuadernos Migratorios N° 1*, OIM, Buenos Aires.

Chávez Salgado, Daniel A., (2016): *Fútbol Femenino: Antecedentes, Actualidad y Cobertura Mediática*. (Tesis de titulación para Licenciado en Periodismo), Facultad de Ecuador: Universidad San Francisco de Quito, Consultada el 20 de noviembre de 2017. Disponible en línea <http://repositorio.usfq.edu.ec/bitstream/23000/5213/1/124578.pdf>

Cortes Rocca, Paola, (2016): “Niñas quietas. Monstruosidad, juego y mirada en Cortázar, Sanguinetti y Ocampo”, en Domínguez, Nora; Caballero de del Sastre, Elizabeth, et al. (comps.), *Figuras y saberes de lo monstruoso*, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, pp. 119-135.

De Genova, Nicholas, (1998): “Race, Space and the Reinvention of Latin America in Mexican Chicago”, *Latin American Perspectives*, Vol. 25, N° 5, pp. 87-116.

Del Lucchese, Filippo y Bove, Laurent, (2008): “Tératopolitique : récits, histoire, (en)-jeux”, *Multitudes*, N° 33, pp. 19-24.

Del Río, Sira, (2004): “La crisis de los cuidados: precariedad a flor de piel”, *Rebelión* [En línea], Consultado 15 de noviembre. Disponible en línea en <https://www.rebelion.org/hemeroteca/economia/040308sira.htm>

Espinosa Miñoso, Yuderkis, (2014): “Feminismo decolonial: Una ruptura con la visión hegemónica eurocéntrica racista y burguesa”, entrevista de Barroso, José María, *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (III)*, Año II, N° 3, pp. 22-33.

Ezquerria Samper, Sandra, (2008): “Hacia un análisis interseccional de la regulación de las migraciones. La convergencia de género, raza y clase social”, en Santamaría, Enrique, *Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales*, Anthropos, Barcelona, pp. 237-260.

Federici, Silvia, (2010): “El trabajo precario desde un punto de vista feminista”, *Sin Permiso* [En línea]. Consultado 15 de noviembre. Disponible en línea en <http://www.sinpermiso.info/textos/el-trabajo-precario-desde-un-punto-de-vista-feminista>

Federici, Silvia, (2016): *Calibán y la Bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria*, Tinta Limón, Buenos Aires.

Foucault, Michel, (2002): *Historia de la sexualidad. Vol. 1: La voluntad de saber*, Siglo XXI, Buenos Aires.

Foucault, Michel, (2006): *Seguridad, Territorio, Población*, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires.

Foucault, Michel, (2007): *Nacimiento de la biopolítica*, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires.

Frassanito-Network, (2005): “Precarious, Precarization, Precariat?” [En línea]. Consultado 10 de noviembre de 2017. Disponible en línea en http://05.diskursfestival.de/pdf/symposium_4.en.pdf

Gago, Verónica, (2004): “El mapa de la fragilidad”, *Página 12* [En línea]. Consultado 10 de noviembre de 2017. Disponible en línea en <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-1633-2004-12-16.html>

Ghiberto, Luciana, (2017): “La misma pasión para todos los géneros”, *Pausa* [En línea], Consultado 1 de noviembre de 2017. Disponible en línea en <http://www.pausa.com.ar/2017/04/la-misma-pasion-para-todos-los-generos/>

Gil Araujo, Sandra y González, Tania, (2012): “Migraciones, género y trabajo en España. El tránsito obligado de las trabajadoras inmigrantes por el empleo de hogar”, *Mora* [En línea], Vol. 18, N° 2. Consultado 1 de noviembre de 2017. Disponible en línea en <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/330>

Gil Araujo, Sandra y Pedone, Claudia, (2014): “Migration Policies and Family Life Across the Atlantic. Latin American Migrant Families in Spain”, en *Migration, Familie und Gesellschaft. Beitrage zu Theorie, Kultur und Politik*, Springer VS, Wiesbaden, pp. 341-356.

Guattari, Felix y Negri, Antonio, (1999): *Las verdades nómadas & General Intellect, poder constituyente, comunismo*, Akal, Madrid.

Gutiérrez Rodríguez, Encarnación, (2010): “Valor afectivo Colonialidad, feminización y migración”, *eipcp.net* [En línea]. Consultado 1 de noviembre de 2017. Disponible en línea en https://marceloexposito.net/pdf/trad_gutierrez_valorafectivo.pdf

Hardt, Michael y Negri, Antonio, (2006): *Imperio*, Paidós, Buenos Aires.

López de D'Amico, Rosa; Benn, Tansin y Pfister, Gertrud, (2016): *Women and Sport in Latin America*, Routledge, New York.

Lorey, Isabell, (2006): “Gubernamentalidad y precarización de sí. Sobre la normalización de los productores y las productoras culturales”, *eipcp.net* [En línea]. Consultado 1 de noviembre de 2017. Disponible en línea en <http://eipcp.net/transversal/1106/lorey/es>

Lorey, Isabell, (2016): *Estado de inseguridad. Gobernar la precariedad*, Traficantes de sueños, Madrid.

Magliano, María José, (2015): “Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos”, *Estudios Feministas*, Florianópolis, Vol. 23, N°3, sep.-dic., pp. 691-712.

Magliano, Magliano, María José; Perissinotti, Victoria y Zenklusen, Denise, (2016): *Los nudos ciegos de la desigualdad. Diálogos entre migraciones y cuidado*, CIECS-CONICET-UNC, Córdoba.

Malo de Molina, Marta, (2001): “Sobre la feminización del trabajo”, *Revista Contrapoder*, N° 4/5, pp. 75-78.

Mattio, Eduardo, (2015): “Precariedad(es)”, *Deodoro. Gaceta de Crítica y Cultura* [En línea], N° 49. Consultado 1 de noviembre de 2017. Disponible en línea en <http://deodoro.unc.edu.ar/2015/07/04/precariedades/>

Mezzadra, Sandro, (2012): “Capitalismo, migraciones y luchas sociales. La Mirada de la autonomía”, *Nueva Sociedad*, N° 237, pp. 159-177.

Mezzadra, Sandro, (2014): *La cocina de Marx. El sujeto y su producción*, Tinta Limón, Buenos Aires.

Mitropoulos, Angela, (2005): “Precari-Us?”, en Slater, Josephine (ed.), *The Precarious Reader*, Mute Publishing, Londres.

Mitropoulos, Angela, (2009): “Oikopolitics, and Storms”, *Global South*, N° 1, pp. 66-82.

Moscoso, María Fernanda, (2009): “El Club Deportivo Cultural Máster de fútbol femenino por Susan Meiselas”, *Boletín del Sistema de Información de Migraciones Andinas*. FLACSO Sede Ecuador, [En línea], N° 2. Consultado 15 de noviembre de 2017. Disponible en línea en <http://www.flacsoandes.org:8080/bitstream/10469/2309/1/BFLACSO-AM2-03-Moscoso.pdf>

Neilson, Bret y Rossiter, Ned, (2008): “Precarity as a political concept or, Fordism as Exception”, *Theory, Culture and Society*, Vol. 7-8, N° 25, pp. 51-72.

Negri, Antonio, (2007): “El monstruo político. Vida desnuda y potencia”, en Giorgi, Gabriel y Rodríguez, Fermín (comps.), *Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida*, Paidós, Buenos Aires, pp. 93- 139.

Pérez Orozco, Amaia; Paiewonsky, Denise y García Domínguez, Mar, (2008): *Cruzando fronteras II: Migración y desarrollo desde una perspectiva de género*, [En línea], Instituto Internacional de Investigaciones y Capacitación de las Naciones Unidas, Santo Domingo. Consultado el 17 de noviembre de 2017. Disponible en línea URL: http://www.flacsoandes.org/generoycultura/Publicaciones/Publicacionesprofesoras/Profesorasasociadas/Perez-Orozco-Amaia/Libros/Cruzando-fronteras-II-Migracionydesarrollo%20desdeuna%20perspectivadegenero_Amaia%20Perez%20Orozco.pdf

Pedone, Claudia, (2005): “Tú siempre jalas a los tuyos. Cadenas y redes migratorias de las familias ecuatorianas hacia España”, en Herrera Gioconda; Carrillo, María Cristina y Torres, Alicia (eds.), *La migración ecuatoriana: transnacionalismo, redes e identidades*, Flacso, Quito, pp. 105-143.

Pedone, Claudia, (2006): “La maternidad transnacional: nuevas estrategias familiares frente a la feminización de las migraciones latinoamericanas”, *CIIMU* [En línea]. Consultado el 17 de noviembre de 2017. Disponible en línea en http://www.ciimu.org/webs/foruminternacional/pdf_cast_abstract/pedone.pdf

Precarias a la deriva, (2004a): “Adrift through the circuits of feminized precarious work”, *eipcp.net* [En línea]. Consultado el 10 de noviembre de 2017. Disponible en línea en <http://eipcp.net/transversal/0704/precarias1/en>

Precarias a la deriva, (2004b) “De preguntas, ilusiones, enjambres y desiertos. Apuntes sobre investigación y militancia desde Precarias a la deriva”, *Sindominio.net* [En línea]. Consultado el 1 de noviembre de 2017. Disponible en línea en http://www.sindominio.net/karakola/antigua_casa/precarias/preguntasenjambres.htm

Precarias a la deriva, (2005): *A la deriva. Por los circuitos de la precariedad femenina*, Traficantes de sueños, Madrid.

Puar, Jasbir, (2012): “Precarity Talk. A virtual Roundtable with Laurent Berlant, Judith Butler, Bojana Cvejić, Isabell Lorey, Jasbir Puar and Ana Vujanović”, *The drama Review*, Vol. 56, N° 4, pp. 163-177.

Ramírez Gallegos, Franklin, (2005): *La estampida migratoria ecuatoriana. Crisis, redes transnacionales y repertorios de acción migratoria*. Centro de Investigaciones Ciudad-Unesco-Abya Yala-Alasei, Quito.

Raunig, Gerald, (2007): “El precariado monstruo”, [En línea]. Consultado el 7 de noviembre de 2017. Disponible en línea en http://marceloexposito.net/pdf/trad_raunig_precariadoonstruo.pdf

Rosas, Carolina; Jaramillo Fonnegra, V. y Blas Vergara, A. (2015): “Trabajo doméstico y migraciones latinoamericanas. Desde Argentina, hallazgos y reflexiones frente a los destinos extrarregionales”, *Estudios demográficos y urbanos*, Vol. 30, N°2, mayo-ago, pp. 253-290.

Sales Gelabert, T. (2016) “Contra la precariedad, con la precariedad; cuidados y feminismo”, *Oxímora. Revista Internacional de Ética y Política*, N° 8, primavera, pp. 53-62.

Sassen, Saskia, (2013): *Inmigrantes y ciudadanos. De las migraciones masivas a la Europa fortaleza*, Siglo XXI, Madrid.

Scott, James, (2004): *Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos ocultos*, Ediciones Era, México.

Toscano, Alberto, (2009): “Abstract Life: Biopolitics, Periodisation and the Critique of Political Economy”, *Metafish* [En línea]. Consultado el 10 de noviembre de 2017. Disponible en línea en <https://metafish.wordpress.com/2009/08/09/alberto-toscanos-abstract-life-biopolitics-periodisation-and-the-critique-of-political-economy/>



Torrano, Andrea, (2017): “Politics over monstrosity and Politics of monstrosity. The difference between negative and positive consideration about monsters”, en Compagna, Diego y Stein, Steffanie (eds.), *Monsters, Monstrosities, and the Monstrous in Culture and Society*, Vernon Press, Delaware (en prensa).

Villaverde, Ana, (2012): “Género, migración y cuidados. Una cadena de exclusiones”, *La Hiedra* [En línea]. Consultado el 7 de noviembre de 2017. Disponible en línea en <https://enlucha.wordpress.com/2012/02/14/genero-inmigracion-y-cuidados-una-cadena-de-exclusiones/>

Virno, Paolo, (2003): *Gramática de la multitud, Para un análisis de las formas de vida contemporáneas*, Ediciones Colihue, Buenos Aires.

Viveros Vigoya, Mara, (2016): “La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación”, *Debate feminista*, Vol. 52, octubre, pp. 1-17.